

NAS MALHAS DA DESTRUIÇÃO

Até ao 25 de Abril, o fermento separatista não possuía expressão na Madeira, e o que em tempos existia nos Açores não relevava. Depois, obse-
vou-se o rápido vicejar de grupos que até já vão lançando mão de processos bem acolhidos noutras latitudes. Assim se gerou grave problema político, e agora supõe-se poder resolvê-lo pela autonomia (amplamente falseada nas disposições constitucionais).

Convirá advertir, no entanto, que esta figura político-jurídica, mesmo numa prática correcta, de modo algum constituirá a panaceia esperada. Embora de absoluta justiça, o seu carácter formal deixa em aberto os problemas efectivos. Desvirtuada por centralismos renitentes, provavelmente fornecerá novas achas para a fogueira.

Para equacionar a questão dos arquipélagos, impõe-se atender à sua particular posição no espaço histórico português. Ambos vieram ao senhorio dos Reis de Portugal como primícias da expansão marítima, e pelo tempo continuaram ligados à vivência ultramarina. Assim se construiu um complexo de equilíbrios, embora várias vezes em desfavor dos insulares, que representa elemento básico na sua consciência.

A política entronizada pelo 25 de Abril negou categoricamente essa construção e passou a apresentá-la como intrinsecamente detestável. Sem nada oferecer em troca, salvo umas vagas frases que a prática ia tranquilamente destruindo com cruzeza. Surpreenderá que, projectando no novo quadro as suas razões de queixa, os ilhéus se figurassem em posição à dos

titulares da **descolonização?**

É fácil — a extrema-Esquerda tem-no repetido à saciedade — acusar a **reação**, apoiada e mesmo estimulada pelo **imperialismo**. É igualmente fácil — e os moderados têm-no alegado com fartura — retorquir com a inabalável rejeição dos métodos e tendências do "**gonçalvismo**". Ninguém se dará conta de que o fundamento de tudo reside na destruição da realidade a que os arquipélagos pertenciam?

Perante as ameaças separatistas, ouve-se de novo falar em **unidade nacional** — sobretudo pelos que a destruíram, mas os ilhéus de modo algum lhes podem reconhecer autoridade para isso. E, mesmo reportando-se o conceito apenas ao Portugal renascente, é altamente duvidoso que hoje se o possa em rigor qualificar como **nação**. Aí mesmo, aliás, reside a tragédia, não parecendo de esperar que madeirenses e açoreanos aceitem de bom grado o que não há para lhes oferecer.

Em consequência, embora reivindicando, como português da Madeira, uma autonomia autêntica, alertamos para o absurdo de supor que problemas essenciais possam ser solucionados por medidas formais. A questão insular apenas encontrará resolução no plano em que logremos todos libertar-nos das malhas da destruição que nos manietem e projectar um País em que as diversas regiões descubram apropriado lugar geopolítico e socio-espiritual. De outro modo, ninguém conseguirá evitar a catástrofe — e o tempo disponível não é muito...

Fernando Jasmins Pereira